

Um gigante em crise

Paulo Nogueira Batista Júnior
Ex-representante brasileiro no FMI e BRICS avalia a situação do país no cenário econômico mundial

O Brasil construiu nas últimas décadas uma posição consolidada no cenário econômico internacional, mas começa a perder protagonismo no Novo Banco de Desenvolvimento, instituição criada pelo bloco BRICS (união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A avaliação é de alguém que acumula grande experiência nas negociações internacionais do país. Paulo Nogueira Batista Júnior foi diretor executivo indicado pelo Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2007 a 2015 e vice-presidente do chamado banco dos BRICS entre 2014 e 2015. Em entrevista ao JU, ele traça um panorama da situação atual brasileira junto aos dois órgãos financeiros internacionais, comenta como as crises política e econômica afetaram a imagem do país no exterior e projeta o futuro próximo no cenário econômico internacional.

O que se pode esperar, em um futuro próximo, da situação brasileira no FMI?

O Brasil tem muitos problemas econômicos, mas tem uma posição econômica externa consolidada, com parâmetros de pagamento razoavelmente equilibrados. Não precisamos recorrer ao FMI, diferentemente da Argentina. O Brasil não é devedor, ao contrário, é credor do Fundo. O diretor brasileiro lá é o ex-presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que acabou de se reeleger por dois anos e sei que conhece profundamente o FMI. É um cara experiente, pode ajudar a nova equipe do governo eleito a se inteirar dos assuntos.

Nesse período de crise, o Brasil perde protagonismo dentro do Banco dos BRICS?

Perde. Quem propôs os BRICS foi a Rússia em 2008, mas o Brasil logo assumiu o posto de propulsor do processo. E não por acaso as duas realizações concretas dos BRICS, o Fundo Monetário e o Novo Banco de Desenvolvimento, foram assinados em Fortaleza sob a presidência do Brasil. Ainda



TATJANY LUKRASHA/FCZ/UFRGS

durante o mandato de Dilma, quando entrou em crise, o Brasil perdeu expressão no bloco. Continuou se apagando muito no governo Temer, um governo fraco, com pouca legitimidade. Então é muito diferente a posição internacional do Brasil no FMI e em outros fundos depois de 2015. Perdemos capacidade de atuar. Perdemos prestígio, a qualidade de nossas equipes caiu. Mas ao contrário do boato que circulava, de que o Temer iria tirar o Brasil dos BRICS, nunca houve esse pensamento. Bolsonaro não fez nenhuma referência aos BRICS até agora; a única coisa que fez foi alguns ruídos com a China, como a visita a Taiwan, que eles consideram uma província rebelde. Ele deu declarações de que a China tem que comprar do Brasil e não comprar o Brasil – uma consideração legítima. Mas causou certa inquietação, e o governo chinês mandou um recado através de um editorial duríssimo em um de seus jornais mais importantes, com tom muito agressivo, incomum, que só vi usarem contra o Japão, um inimigo histórico, e contra o Trump, depois de muita provocação. Bolsonaro fez alguns gestos conciliatórios depois: recebeu a

visita do embaixador e disse que vai ampliar o comércio com a China. Ele vai e volta, recua muito em declarações polêmicas.

O que está em jogo? Qual a importância dessa cooperação?

O Brasil assume a presidência dos BRICS, rotativa, em janeiro de 2019. O novo governo chega com a tarefa de conduzir esse processo. O Itamaraty tem uma equipe permanente lá, que conhece profundamente os BRICS e pode ajudar o novo grupo a tomar pé da situação e não sair “dando caneladas”, como diz o próprio Bolsonaro. A próxima cúpula vai ser no Brasil sob a presidência de Bolsonaro. E em julho de 2020 há outra data importante: por acordo, o Brasil indica o presidente do banco dos BRICS. São mandatos de cinco anos. Concretamente, a bola está com o Brasil. O que aconteceu foi que, infelizmente, o primeiro presidente do banco, indicado pela Índia, não foi uma boa escolha, na minha avaliação. Eu o conheci, trabalhei lá com ele. Se Bolsonaro não escolher um bom nome, o banco terá um presidente que pode atrapalhar o desenvolvimento desse projeto, que é muito ambicioso.

Quanto os BRICS dependem do Brasil?

O grupo está muito desigual. Dois membros passaram por crises econômicas muito sérias: Brasil e África do Sul. China e Índia vão muito bem, são economias altamente dinâmicas, apesar de não se saber se o conflito com Trump poderá afetar o desempenho econômico chinês mais pesadamente. A Rússia é um caso intermediário, teve dificuldades econômicas, mas não tão graves quanto as enfrentadas no Brasil e na África do Sul. Depois da crise na Crimeia, a Rússia tem sido submetida a sanções por mais de 40 países – uma vulnerabilidade política que afeta o comportamento russo no bloco. Se o Brasil continuar com um desempenho ruim, não é bom para os BRICS, mas não vai inviabilizar o movimento, porque deixamos de ser o motor do bloco, que passou a ser cada vez mais a China. O que não é tão bom, porque o Brasil tem uma visão global dos problemas, e a China tem uma agenda nacional mais estreita, ainda está desenvolvendo essa noção mais ampla, se sofisticando rapidamente, crescendo em vários sentidos, inclusive na representação em

órgãos internacionais. O Brasil tem novamente um problema de autoestima muito sério. Sofreu um eclipse prolongado, mas tem um capital muito grande. Às vezes não se percebe, mas o Brasil é um dos países emergentes com melhor corpo diplomático e mais tradição de atuação.

A incerteza quanto à política externa brasileira causa insegurança junto aos países com que cooperamos?

Sim. Esses países estão observando com muito cuidado o que está acontecendo. Por exemplo, quando houve o impeachment, os chineses e os outros passaram a tratar com o novo governo, ainda que pudessem preferir a continuação da administração de Dilma. Eles eram muito ciosos da esfera política de cada um, porque essa cooperação entre os BRICS não é uma integração profunda, não é uma aliança. Não há, por exemplo, uma agenda política comum ou, se existe, é muito limitada. Certamente, os russos, os chineses e os indianos estão observando o que está acontecendo no Brasil, estão aguardando para ver. Os chineses resolveram se antecipar e dar um alerta por meio do referido editorial.

Esse quadro se reflete nas relações comerciais?

Sim, porque muitas empresas podem adiar investimentos relacionados ao comércio ou a outras atividades, até que possam ver que rumo toma o governo. Como a eleição foi ganha por um político que evitou debates, com um programa muito genérico, o ponto de interrogação maior costuma ser em relação a situações adversas. Qualquer governo que ganhasse as eleições teria problema para fazer passar sua agenda, aprovar reformas. O que é peculiar a Bolsonaro é uma certa vacilação, como o Paulo Guedes dar declarações gratuitas contra o Mercosul, contra a Argentina – o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A China, desde 2009, é nosso principal parceiro comercial. Então, eles estão tateando, estão “dando umas caneladas”. Saindo da área econômica, a mudança da embaixada para Jerusalém, por exemplo, não foi bem pensada. Já há temores de que os países árabes possam se manifestar, e o Brasil exporta muitos produtos para o mundo árabe. É curioso que Bolsonaro recua com muita rapidez. Em vários momentos da campanha e depois, ele avança com uma proposta controversa, recebe um contravapor e recua. Inclusive na questão da embaixada, dando uma recuada, deu a entender que não é questão fechada.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS